

O capitão-mór de Murça (morgado de Val-de-mil) — Desenho de Nogueira da Silva — Gravura de Pedroso

SCENAS DA GUERRA PENINSULAR

(Vid. pag. 242)

A MENINA DE VAL-DE-MIL

XIII

EM QUE UM HOMEM SINCERO CONFESSA A SUA FRAQUEZA

Sorria abril, doirado de luz, e esmaltado de flores.

Das alturas fragosas, que se empinam á direita do Tua, entre Mirandella e Bragança, desciam tres individuos, levando á mão as cavalgaduras, por entre um carrascal pendurado nos despenhadeiros.

Era ao pôr do sol. Deixando as ramadas rasteiras, por entre as quaes se avistava de quando em quando o rio serpeando ao longe, enfiaram cautelosamente os tres pelas estreitas ladeiras, ingremes e nuas, que se debruçam do nascente, direitos ao logar de Quintella.

A tristeza solemne da hora accommodava-se admiravelmente ao aspecto desolado d'aquellas asperas gargantas, onde os passos deixavam eccos lugubres.

A coisa de meia encosta, a aragem vespertina, subindo do valle, levou aos ouvidos dos atrazados caminheiros o som grave e prolongado dos sinos da egreja abbacial de Santa Maria de Lampaças tocando a trindades. Como ouvissem o piedoso signal pararam todos tres, descobriram-se com um movimento unanime, e, depois de breve oração, persignaram-se devotamente.

Terminada por este modo a saudação angelica, o viandante, que ia na frente e parecia o principal, voltou-se, dizendo para os companheiros, enfileirados atraz um a um:

— Louvado e adorado seja para sempre Nosso Senhor Jesu Christo!

— E sua mãe Maria Santissima: amen — responderam em côro os dois.

Bons christãos eram elles, não havia que duvidar. No acto de volver, alongando os olhos ao caminho percorrido, notou o primeiro que a vereda principiava a alargar.

— Anda aqui, Antonio — disse para o ultimo — Já pódes passar... Repara n'essa barroca á direita, homem!... Isso... Cuidado não roces a mula do doutor, que é arisca, e se principia aos pinotes...

— Aqui estou já a porto e salvamento, fidalgo.

— Bom. E ainda longe o povoado?

— Meia legoa, nem tanto.

— Para o murselo eram dez minutos.

— N'uma chã, que duvida! Aqui mais é apalpar que andar. Os animaes não conhecem o caminho, e a noite vem a galope n'estas covas e barrancos.

— Assim mesmo. Não sabes que pé tem o murselo?

— Pé e olho... e costume ainda em cima... verdade é. Estou que para elle não ha carril apertado, nem quebrada que lhe ponha medo... E com ser tão alfario no terreiro, no monte sabe tentear a trilha, que nem o mais atinado couteiro a emprazar a caça nas brenhas do matto... Mas a outra...

— Que outra?

— A companheira...

— A mula? E segura, vamos.

— Segura, será; para pressas não é de certo.

— Nem ella, nem o cavalleiro — acudiu o primeiro interlocutor sorrindo.

Estas observações, evidentemente relativas ao outro viandante, eram feitas em voz baixa, para que este não ouvisse.

— Tambem não ha pressas — continuou o ultimo que fallára — Com vagar hemos de ir, e é de razão alliviar os animaes por estes seixos e algares. De Frechas aqui trazem já boa jornada, e ámanhã cedo temos de puxar até Grandaes. Sabes porque te chamei?

— Para ir adiante?

— Justo. Em Veigas não nos esperam, e é bom prevenir.

— Lá por isso... Quando cá vim, disseram-me que a toda a hora e em toda a occasião...

— Sei, mas não faz mal ires andando... A ladeira váe direita ao valle?

— Direitinha. Em chegando a Quintella, toma-se á mão direita: é d'ahi a um credo.

O homem que dava estas indicações como pratico, obedecendo á ordem recebida, tratou de passar á frente, tocando adiante de si uma garrana serril, que parecia familiar com todas aquellas escabrosidades e precipicios.

Servia a garrana a um tempo de bagageira e transporte. Pendiam-lhe a um e outro lado do albardão os enormes bolsos tufados do alforge, em que evidentemente se accommodava fio de roupa ou fardel de provisões, precaução nada inutil. De um dos bolsões saía o cano de uma escopeta, atada com guita ao rabicho, para maior cautela.

— Essa trota bem por ahi abaixo — disse o primeiro interlocutor, alludindo á andadura desempenada da egoa.

— É como se andasse por sua casa, fidalgo — respondeu o segundo, tirando o chapeo quando lhe passava ao lado, e parando a poucos passos para responder.

— Toma cuidado, Antonio, não se te dispare a espingarda com o balanço.

— Agora! Não tem perigo: váe descarregada.

— Descarregada, homem dos meus peccados! Não era melhor leval-a comtigo mais á mão?

— Para que, fidalgo? Não me deu ordem de caçar.

— Quem te falla em caça? N'estas solidões... em sitios mal conhecidos... sempre é bom acautelar.

— Eu já os conheço.

— E se fosses atacado?

Similhante possibilidade não tinha, pelos modos, entrado nos calculos e previsões do segundo interlocutor, pessoa inferior e simples, via-se.

— Por quem? — ponderou elle atonito.

— Por quem! — tornou o outro — Por gente mal intencionada, supponho.

— Gente!

— Pois que! Indo assim desprevenido...

— E se levasse a arma carregada?

— Defendias-te.

— Eu!... eu atirar a uma alma christã!... Ai! fidalgo, isso não.

— Não! Porque?

— Porque tenho medo.

— Medo, tu!

— Tenho. A primeira é que estou certo que o matava... quem quer que fosse... Depois... Nada... todo eu me arripio!... Atirar a gente, não.

— E se alguem atirasse contra ti?

— Ora, quem ha de querer mal cá a um pobre homem!... E que atirassem!... Bem sabe o fidalgo que me não creei para essas coisas... Tinha lá alma de metter a arma á cara!... Bonda ver um homem diante de mim para pegar a tremer, e... Se nunca experimentei!... Cada qual é como Deus o fez... Um javardo, ou um lobo, sim... são animaes damninhos...

— Que tambem matam.

— Qual matam! Contos de velhas.

— Homens ha mais damninhos ainda.

— Dizem que ha — tornou candidamente o rustico — mas nunca os vi... nem os sei conhecer.

— E se os visses?

— Como os havia de ver?

— Na tua frente.

— Na minha frente, Jesus Maria!

Não podia atinar aquella intelligencia rude e primitiva com a secreta idéa, que seu amo (amo era, com certeza) obstinadamente proseguia.

— Na tua frente, sim — continuou este — na tua frente... como inimigo?

— Não faço mal a ninguem. Porque hei de ter inimigos?

— E se fossem inimigos da tua terra?

— A minha terra tem inimigos!

— Os francezes...

— Os francezes!

— Tambem será gente christã?

— Na Foz d'Arouce contaram-me que elles tem por costume... Nosso Senhor me perdoe!... metter os cavallos nas egrejas... No Espinhal um homem, que vinha de Coimbra, jurou que os viu em Abrantes fazer das pias mangedouras... Na Sobreira andava tudo cheio com as noticias de roubos e desacatos... sem contar as mortes e maus tratamentos... Na estrada, é verdade, fallam todos pela mesma bocca... e o que elles fazem, se fazem tudo aquillo, não é de christãos... Mas eu lá em Lisboa... uma cidade em que a gente se perde, Deus me defenda!... em Lisboa vi-os muitas vezes entrar a ouvir missa... e ajoelharem-se, e benzerem-se como qualquer de nós... Se não fossem christãos...

— Christãos! christãos!... Sabes o que dizes?... — atalhou o amo impaciente — São inimigos... querem-nos escravos.

Entre o amo e o servo, apesar da divergencia apparente, não havia grande differença de opiniões. O amo equivocava a religião com a patria; o servo equivocava a patria com a religião: ambos confundiam, cada qual a seu modo. Guiava o instincto os juizos simplices de um e outro. O amo zelava com

o amor da terra a propriedade. Até certo ponto no caso do jumento da fabula, que não temia a carga por estar já carregado, suppria o servo o sentimento cioso da possessão com o affecto e respeito das coisas santas, que lhe tinham protegido a mocidade, e promettiam abrigar-lhe a velhice.

— São estrangeiros que vem aqui fazer de senhores — continuou o primeiro impetuosamente — As terras que amanhâmos são para elles... Por isso expulsaram os nossos reis naturaes, e pizaram aos pés os signaes da nossa gloria. Quem os encontrar, e não os tratar como se trata o salteador que nos entra em casa para nos pôr o trabuco aos peitos, não merece o nome de portuguez... nem de homem!

Grande cumpria que fosse a paixão, que assim desafogava em tal situação e logar.

Grande era, com effeito; tão grande que tudo esquecia, e, como todas as coisas grandes, tudo fazia esquecer.

— O fidalgo tem razão — tornou o servo, já pelos modos avezado a estas exaltações — Como lá diz o reverendo abbade... que, salvo o respeito, sabe mais a dormir do que muita gente acordada... quem é de fóra que nos faz em casa? Mas isso toca aos que vão á guerra, e conhecem as artes de se haverem n'ella!... Eu não sirvo para isso, dizem-n'o todos... Sou... sou um medroso!

O terceiro viandante, que ainda não dissera palavra, tinha aproveitado a parada dos dois para se adiantar. Ouvindo aquella singular confissão, quebrou a taciturnidade, que lhe parecia usual, sorrindo com benevola ironia.

— És medroso, homem? — insistiu o primeiro interlocutor — É porque te não lembra que és soldado.

— Eu soldado!

— És. Pois não estás nas companhias da ordenança?

— Ah! isso é outra coisa.

Geralmente, a milicia rural não considerava verdadeiros soldados, senão os de linha: o homem ia de accôrdo com a opinião recebida.

— Não é outra coisa, não. Quando os estrangeiros estão em nossa terra, e contra nossa vontade, todo o povo é exercito, e quem tem uma arma é soldado.

— Mas, fidalgo, cada qual no seu officio. O meu é andar na serra e no mato, e não atirar a homens... E de mais... não está na minha mão...

— Não está na tua mão o que?

— O medo... Pergunte-o a quem quizer.

— Mas se eu te mandasse?

— Isso então era outro caso — observou ingenuamente o rustico.

— Bem, bem!... Mas... ainda agora reparo... Olha, Antonio, olha onde vae já a garrana...

— E o que tem estas conversas, fidalgo... E a noite em cima de nós!... Eh! Castanha! ich! Castanha... Como ella se leva, a maldita... Espera que eu já t'o digo.

E desatou por alli abaixo, como se não trouxera uma caminhada de legoas, e como se o piso fôra alcatifado.

— Não corras, homem — gritou-lhe de longe o amo — não corras, que te podes despenhar. Já agora, deixa-a ir... Devagar, devagar, que a egoa não foge.

Mas o agil servo não ouvia, ou não escutava, e, apesar do achaque de medroso, que de tão boa feição allegára, seguia de investida pela arremessada rampa, torcida á beira de precipicios que desmaiariam os mais intrepidos.

Alcançando a garrana, colheu-a pela arreata, e, moderando-lhe os descomedimentos, continuou com boa diligencia o caminho sumindo-se entre as sombra do crepusculo.

Ficando atrás com o companheiro, o viandante mais auctorisado voltou-se para este com ar satisfeito, e perguntou-lhe:

— Que lhe parece?

— Parece-me — acudiu o outro — que não faltarão homens.

— Descontando os medrosos?

— Não: contando sobre tudo os medrosos... como este.

— Diz bem. Chegue-se mais para cá, doutor... Conversêmos... Reparae... vamos com cuidado agora, que nos falta o nosso guia... Se bem que no trilho não ha que errar, toda a cautela é pouca, por causa do escuro... Visto que nada nos apressa, o verdadeiro é ir sondando o terreno.

— Por minha causa, não. Tambem nas serras me creei... costumar-me-hei de novo.

— Verdade, verdade... está já outro.

— Outro me hei de fazer de todo, verá.

— Pois olhe... confesso... quando fui a Villa-flor tinha poucas esperanças.

— Por que?

— Estava que não levantaria cabeça dos seus livros.

— Para olhar para a desgraça de minha patria? Julgou mal... Mas tinha razão para me julgar assim... via-me por fóra. Não é occasião agora de estudar, mas de combater... Já o tinha dito a mim mesmo, antes de recebermos em Royos a honra da sua visita.

— Raro é na provincia o que não sente e pensa do mesmo modo... .

— Se é o natural!

— Por isso me vê tão contente!... Contente, como póde estar quem...

— Acabe, que não é vergonha... Quem tem longe de si uma filha... que é um anjo!

— Adiante. Estes bons sentimentos e vontades são muito... mas não são tudo.

— Pois que falta?

— Falta a muitos... o que falta ao doutor.

— O que?

— A alguns o vigor, a outros a destreza, a outros a pratica... E, creia, é preciso e muito preciso para a lucta que, mais dia menos dia, não tarda por ahi... e que ha de ser séria.

— A resolução suppre muita coisa.

— Suppre, não o nego; mas o exercicio não é para desprezar.

— Nossos avós exercitavam-se com o inimigo á vista.

E nós não havemos de ficar-lhes atrás, espero; mas será prudente ir aproveitando o tempo.

— Quando chegará o dia?

— Deseja-o?

— Quanto antes.

— Cada vez a melhor, doutor. É caso de parabens.

— Parabens pela mudança? Pois é pouco de estranhar. A bandeira da minha patria está aos pés de estrangeiros... e... a felicidade da minha vida depende da sua expulsão.

— Folgo de ouvil-o... Deus me perdoe, mas folgo. Toda essa influencia não é só amor da patria... é tambem um pouco... amor por Ignez... não é isto?

— A um e outro... Não sei qual mais... Se um bastava, imagine o que poderão os dois.

— Devia preferir a tudo o primeiro... não posso .. Estimo que Ignez tenha parte na sua deliberação, e n'esse alvoroço de bom agouro... E ella ha de agradecel-o.

— Quem sabe se a invasão não foi para mim uma providencia!

— Por que?

— Nem eu sei... Umas apprehensões minhas.

— A respeito de Ignez?

— Não, sr. capitão-mór, a meu respeito. A respeito da sr.ª D. Ignez nunca me atrevi a pensar... senão como se pensa em Deus.

— Ah! já entendo, cuida que lucrará, aos olhos d'ella, com a vida nova em que vamos entrar? Francamente, tambem eu penso o mesmo. Que quer? Foi criada commigo! Consente-me... um conselho? Desfaça-se da mulinha. É cavalgadura de clerigos e procuradores... Para campanha...

— Era a minha tenção. Em Bragança ha de apparecer um bom cavallo, e se houver tempo, não faltarão lá veteranos que me ensinem o exercicio das armas.

— Não estou eu aqui, doutor? Afianço-lhe que não se ha de dar mal com as lições.

— Só receio abusar.

— Abusar de que? Remoça-me. É como se tivesse um filho. E não é meu filho, a final?

É tempo agora de interromper os viandantes, que precisam attentar cada vez mais na descida.

Não dei ainda explicações ao leitor para não injuriar a sua intelligencia. Nos tres da jornada reconheceu já, de certo, o morgado de Val-de-mil, o seu couteiro Antonio Alegre, e o doutor Diogo Montez, da casa de Royos.

O Alegre, o escudeiro andante, apparece aqui ornado de uma prenda que ainda se lhe não sabia — aquelles medos invenciveis. Quem poderá conhecer um homem de uma vez?

O doutor, como quem está tambem metamorphoseado, ou em principio de metamorphose, falta-lhe, pelo menos, o indispensavel appendice do guarda-sol vermelho. Que individuo levou ainda a vida do principio ao fim... sem modificações?

Finalmente, surge-nos o morgado, quando menos se esperava, correndo montes e valles com estes companheiros á sirga.

Sobra direito ao leitor para inquirir: — Por que?

A tal respeito, só posso dizer, por ora, que havia um bom par de dias levavam todos esta vida de peregrinos.

Chegando de Lisboa, fechára-se o capitão-mór com o abbade, e passára com elle metade da noite, recebendo cartas, e dando ordens. Dois dias depois, mettêra em si boa parte do dinheiro das rendas, fizera sellar o murzelo bem refeito, mandára aprومptar o Alegre com a garrana, e dera a andar de terra para terra, em procura dos homens mais influentes da provincia, indo de uns a outros, sem parar, sem descançar, como se estivera nos seus vinte annos.

Era de tal ordem a diligencia e empenho, que não se podia dispensar de ir a Villa-flor. A natureza das suas relações com os morgados de Royos, e a perspectiva do projectado enlace, constituiam, aos seus olhos, um dever indeclinavel, sem contar a influencia d'aquella casa e dos seus adherentes na respectiva comarca.

Afóra as suas pequenas vaidades e prevenções, fôra sempre homem de bom senso o morgado, como já se terá visto. Não lhe cabendo no bestunto senão uma idéa de cada vez, esta idéa deitava raizes até dar fructo. Ora s. s.ª, caso raro, trouxera da capital uma nova idéa!

Os fins d'aquellas correrias, suspeita-os indubitavelmente o leitor; o resultado da visita ao futuro genro, viu-o já no dialogo antecedente.

Quizera o doutor acompanhar em tudo, d'alli por diante, o capitão-mór. Por isso os encontrâmos juntos, e em vesperas de occurrencias, que provavelmente hão de ministrar maiores esclarecimentos.

O colloquio abbreviára o caminho. Era, porém, noite fechada, e bem fechada, quando os dois entraram na planicie.

D'alli a pouco deram com as primeiras casas, guardas avançadas da povoação de Quintella. Como avistasse logo adiante o campanario de Santa Maria, similhante a um soldado de sentinella á porta do templo, seguindo as instrucções do Alegre, tomaram á direita, e continuaram velozmente cavalgando.

A coisa de um tiro de fusil d'além do pequeno logar de Veigas, esperava-os no caminho o couteiro, acompanhado de um sujeito desconhecido.

MENDES LEAL JUNIOR

ORIGEM DA LOTERIA DA MISERICORDIA

A santa casa da misericordia, creada em 1498 pela piedosa rainha D. Leonor, viuva del-rei D. João II, para valer aos pobres, visitar os enfermos, confortar os padecentes, e abrigar os engeitados, tem servido, em varias epochas, de capa a muitas especulações bem alheias de tão veneravel instituto.

Uma das principaes tem sido a loteria, ainda hoje chamada da Misericordia, apesar das applicações, abusivas e escandalosas, dadas a parte do producto d'esta odiosa mina, contra cuja exploração tantos clamores baldados havemos levantado ha tempos a esta parte.

Mas quem foi o introductor da loteria em Portugal?

Seria algum provedor dos que tomavam dinheiro a juros, e não o pagavam ao cofre da pobreza; o qual, pelo achar vasio, se lembrou de enchel-o com mealhas tambem de pobres, que são estes os principaes jogadores da loteria?

Seria, acaso, o duque de Lafões, fundador da academia das sciencias, quem nos trouxe das suas viagens este abutre para a nossa terra, visto que foi esta a primeira corporação que, sem ser pobre, participou dos proventos da loteria na sua instituição?

Teria parte na lembrança o aliás benemerito instituidor da Casa-Pia, á vista do officio que abaixo transcreveremos, para com esse recurso perenne acudir aos encargos do estabelecimento, verdadeiramente pio e civilisador, levado por elle a um grau de perfeição quasi incrivel para aquelles tempos?

Fiquem sem resposta definitiva todas estas interrogações, até que outrem, mais feliz que nós, a possa dar, pois não conseguimos averiguar esta origem, por mais diligencias que fizemos.

Para auxiliar futuras investigações, e dar a nossos leitores noticia do estabelecimento da loteria da Misericordia entre nós, faremos a breve resenha que se váe ler, já que a historia completa da loteria fôra extensa para as columnas de tão pequeno jornal.

Nas collecções da legislação e diplomas officiaes não vem o decreto da instituição da loteria da Misericordia. Apenas na *Gazeta de Lisboa* de 9 de dezembro de 1783 se diz, na parte não official:

«Sua Magestade foi servida, a requerimento do provedor e irmãos da Misericordia, e debaixo da administração dos mesmos, permittir o estabelecimento de uma loteria annual de 360:000 cruzados, cujos lucros, formados de 12 por cento, que se tirarão dos premios, serão repartidos em tres partes, das quaes uma será applicada para o Hospital Real, outra para os Expostos, e outra para a Academia das Sciencias.»

O plano publicado no immediato supplemento da *Gazeta*, foi o seguinte: capital 144:000$000, divididos em 22:500 bilhetes, a 6$400 réis cada um, sendo o premio grande de 12:000$000 réis.

O que nos faz suppor que a loteria foi ideada pelo

duque de Lafões, é vermos que a academia, não só teve logo na primeira roda um quinhão egual ao da Misericordia, sob cujo nome se havia sollicitado, mas tambem sabermos que esta corporação se reunira para o ir agradecer ao ministro do reino, que então era o visconde de Villa Nova da Cerveira, successor do marquez de Pombal, e intimo do duque. E que este fôra o promotor, senão auctor, mais ainda nos induz a crer a deputação que a mesma academia lhe enviou a casa, para lhe dar as graças pelo beneficio recebido, recitando por essa occasião o marquez de Penalva, socio honorario da academia, um *sublime soneto* gratulatorio, peça que não chegou á posteridade, o que muito nos peza, porque talvez a chave d'este soneto nos abrisse o segredo que encerra o nome do instituidor da loteria em Portugal.

Accresce mais, que não tendo a academia, a principio, dotação nem rendimento proprio, todas as despezas, inclusivè o aluguer da casa das sessões, pesavam sobre o duque. Já se vê que elle era o principal interessado em a dotar. E foi por muito tempo o terço da loteria da Misericordia quem sustentou a academia, até que havendo-se creado as loterias reaes para a defesa do reino, em 1799, estas afrouxaram aquell'outra; pelo que o principe regente lhe estabeleceu a dotação annual de 4:800$000 rs. do cofre do subsidio litterario.

O intendente Manique, não tendo meios para sustentar os encargos da Casa Pia do Castello, pediu tambem uma parte da loteria, ou antes, uma loteria especial, como se verá pelo já citado officio que abaixo extractaremos. Não lhe foi concedida a loteria que elle sollicitava, mas sim uma parte na da Misericordia, augmentando-se-lhe o capital.

Tambem se não acha este decreto na collecção das



Falua

leis; mas na *Gazeta* de 5 de março de 1793, e tambem na parte não official, se lê o seguinte:

« Sua Magestade tomando em consideração que a Casa Pia estabelecida no castello de S. Jorge d'esta cidade, e outros muitos objectos pios, publicos e necessarios, que ella comprehende, debaixo da direcção e inspecção do doutor Diogo Ignacio de Pina Manique, do seu conselho, desembargador do paço, e intendente geral da policia da corte e reino, se faz digna pela sua importancia e utilidade geral, da sua real attenção: houve por bem, por decreto de 26 de fevereiro de 1793, dirigido á mesa da Misericordia, ordenar que n'aquelle anno, e d'alli por diante, se augmentassem 216 contos na loteria, applicado para a Casa Pia o lucro dos 12 por cento d'esta somma addicionada. »

O capital da loteria ficou sendo, por este decreto, de um milhão e oitenta mil cruzados (432 contos) dividido em 45 mil bilhetes a 9:600 réis cada um; e o premio grande de cem mil cruzados.

Leamos agora o officio (inédito) a que mais acima nos referimos, pelo qual conjecturâmos que o intendente Manique tivera parte na invenção da loteria, posto que, a principio, a rejeitasse, por lhe não ser concedida como elle desejava.

N'um extenso officio, em que o intendente e fundador da Casa Pia dá conta do numero de orphãos que tem a sustentar, das obras que tem a concluir, e dos mais encargos que, n'aquelle tempo, pesavam sobre o estabelecimento, se lêem os periodos que vamos transcrever, por se referirem especialmente á historia da loteria.

(Continúa)

MARINHA DO TEJO

(Vid. pag. 247)

BOTE DE CATRAIAR E BOTE CACILHEIRO

II

Já dissemos, e se viu na gravura antecedente, que o bote de catraiar, ou catraio, como d'antes lhe chamavam, é a mais pequena embarcação de vela de quantas navegam no Tejo, apesar de os haver com capacidade para 15 passageiros, todos debaixo de

toldo. Muitos d'estes botes, principalmente os do cáes do Sodré, além da vela triangular de espicha, armam uma bojarrona á proa, e uma mezena a ré; com este panno ficam muito airosos e veleiros. Quando não tem vento armam dois, quatro, e ás vezes seis remos.

Já se vê, pois, que hoje não ha botes tão pequenos e perigosos como aquelles, que por este motivo, mandou queimar o marquez de Pombal.

Os catraeiros são por lei, tambem pombalina, obrigados a fazer exame perante o capitão do porto, sem o que a camara lhe não concede a licença necessaria para catraiar.

O bote cacilheiro, é o gigante dos catraios; rijo de borda, aguentando muito mar, e com alterosa vela triangular, não de espicha, mas içada ao tope do mastro, e engatada na proa, impina-se arrogantemente para ré. Enfunada com a grande corda de vento que apanha d'alto abaixo, arroja o bote n'um ápice de Lisboa a Cacilhas, que é o seu porto. Antes da instituição da companhia dos vapores do Tejo, em 1838, os botes cacilheiros faziam carreiras alternadas com as faluas; hoje ha muito poucos, e nas horas desencontradas das viagens dos vapores da companhia é que fazem algumas carreiras.

Actualmente ha uns 300 botes matriculados em Lisboa.

FALÚA

A falúa tem duas velas, tambem triangulares ou latinas, mui altas, tendo a de ré duas escotas. É embarcação valentissima, e d'antes tinham quasi exclusivamente as falúas a carreira de Lisboa a Cacilhas, tomando os passageiros no cáes das Columnas da praça do Commercio. Com a instituição da companhia dos vapores, foram as falúas desapparecendo d'este cáes, umas compradas pela propria companhia, para se desfazer d'ellas, e outras porque tomaram diverso destino, empregando-se no transporte de generos em differentes portos do Ribatejo.

Para Aldêa-Gallega, Moita, Alcochete, e Barreiro, ainda ha carreiras de falúa. As que estão matriculadas são apenas umas 20.

A falúa, além das duas velas, tem quatro remos, de que pouco se serve, por ser embarcação pesada: algumas vezes armam os remos para ajudar a vela, quando o vento não é de feição.

CARACTER DE D. JOÃO VI

Não ha muito que uma grande illustração contemporanea, gloria das letras portuguezas, e condecoração de Portugal, n'algumas breves linhas, de estilo insinuante e espirituoso, em lingua que não é a sua, mas que de boamente o perfilhára, pintou, como mestre que é em todos os lavores da escripta, e de modo que merece registar-se, o caracter de D. João VI.

Ouçamol-o:

«... Ce bon Jean VI... était, peut-être, le plus brave homme de son royaume. Quoiqu'il fût très-laid, nos vieux libéraux, avec quelques grains de sens commun, en auraient fait l'un des plus beaux types de roi constitutionnel qui fût jamais. Philosophe et théologien à sa manière, les questions tant soit peu creuses et mystiques du droit divin et de la souveraineté populaire, ne semblent lui avoir donné beaucoup de souci. Il n'était pas même en très-bonne odeur de sainteté auprès des véritables amis du trône e de l'autel. On l'accusait de pencher du côté des francs-maçons, ce qui peut faire honneur à sa bonté, mais pas du tout à son intelligence. Il aimait ses sujets qui le payaient de retour... Jean VI... avait toute cette finesse proverbiale des campagnards de la banlieue de Lisbonne où il était né... quelques bonnes âmes voulaient, à toute force, qu'il tâtât un peu de la tyrannie; mais ce n'était pas un mêts de son goût...» [1]

Agora, uma anecdota que confirma o que acaba de ler-se.

Na primeira invasão dos francezes em Portugal, logo no comêço de 1808 decretou Junot a dissolução do nosso exercito, com parte do qual organisou um corpo de oito mil homens que mandou para França, onde apenas chegaram tres mil, após innumeras deserções por toda a Hespanha. Foi este corpo o que depois Napoleão I chamou legião *Lusitana*, que pela sua disciplina e valor se cobriu de gloria em Wagram e Smolensko, continuando ao serviço da França até á restauração.

Quando este corpo saiu de Portugal, entre os mais distinctos dos seus officiaes; entre os marquezes de Alorna, de Ponte de Lima, e de Valença; entre Gomes Freire, Pamplona, Candido José Xavier, e o conde de Sabugal; contava-se o coronel, marquez de Loulé, 1.º d'este titulo, 8.º conde de Val-de-Reis, 23.º senhor d'Azambuja, 11.º da Povoa e Meadas, e 13.º do morgado da Quarteira. Todos elles foram julgados traidores á patria e como taes condemnados; mas com o correr dos tempos e quéda do imperio francez, as justificações e os perdões rehabilitaram muitos.

O modo como o marquez de Loulé conseguiu o perdão de D. João VI, e mais do que isso, a sua illimitada confiança, é digno de saber-se.

As culpas do seu imperialismo pelos serviços que prestára a Bonaparte na legião *Lusitana*, tinha-as o fidalgo portuguez remido até certo ponto pela adhesão á legitimidade monarchica, acompanhando Luiz XVIII para Gand.

Depois d'esta sua publica e inequivoca manifestação, pareceu-lhe que a podia aproveitar como passaporte para a corte do Rio de Janeiro, onde se foi entregar á discrição e clemencia do soberano.

Com o caracter de official francez partiu, com effeito, de França. Chegando ao Rio em 27 de julho 1817, entregou no mesmo dia, na legação franceza, todos os papeis de que lhe fôra preciso até alli servir-se, para conseguir seus fins sem maiores obstaculos. Alojou-se n'uma hospedaria da rua de santo Antonio.

No dia 29 procurou o primeiro ministro d'estado.

— Rogo a v. ex.ª (lhe disse o marquez) queira ter a bondade de pôr na presença de sua magestade, que se acha n'esta corte Agostinho Domingos José de Mendonça, acompanhado tão sómente de seus crimes, e da firme e invariavel resolução de morrer aos pés do seu rei.

Dito isto retirou-se á sua residencia.

O ministro partiu no mesmo momento a dar parte ao rei.

No dia 30, ás onze horas da manhã, entrava no quarto do marquez o ministro da policia. Determinava D. João VI recolhel-o na fortaleza de Santa Cruz. Marquez, e ministro, ambos se pozeram immediatamente a caminho. Ás tres horas da manhã do dia 31 entravam na fortaleza.

— As minhas circunstancias são taes (disse o preso ao ministro) que preciso entrar no numero dos presos a quem a caridade costuma soccorrer. Desejava que isto chegasse ao conhecimento de quem compete.

Ao retirar-se teve o ministro a generosidade de deixar a sua bolça sobre a pequena mala do marquez. O

[1] *Mousinho da Silveira, Lettre à un ami, par A. Herculano.* Lisbonne, Imprimerie de Castro & Irmão, 1856, pag. 6.

governador da fortaleza a quem Agostinho de Mendonça ficou entregue, era tambem polido e humano. Adoçava-lhe muitas vezes o martyrio das suas considerações; procurava fazer-lhe acreditar que o seu processo teria exito favoravel, e que a incerteza da sua sorte não duraria muito tempo.

As circunstancias apuradas do marquez fizeram impressão no animo do rei, que determinou soccorrel-o, e da casa real começou a ser provido de toda a casta de auxilios, desde o dia 3 de agosto.

No dia 11 começou a inquirição. O marquez, bem longe de pretender defender-se, ou mostrar desejo de justificar-se, confessou todas as circunstancias que podiam servir á accusação. Assim concorreu a simplificar muito, em numero e em materia, as perguntas que se seguiram.

Dentro de quinze dias tudo estava por este lado concluido, mas D. João VI confirmou novamente a sentença condemnatoria proferida em Lisboa!

Era conhecida a sorte que esperava o preso, que nem por isso se arrependia dos passos que acabava de dar.

Os parentes de Agostinho de Mendonça, os grandes do reino, os amigos, os proprios inimigos, lançaram-se aos pés do monarcha, pedindo que ao menos lhe commutasse a pena ultima. Alguns houve tão generosos que captivavam, a simillhante graça, o valor dos seus relevantes serviços.

A firmeza de D. João parecia mostrar que a sorte de Agostinho de Mendonça estava irrevogavelmente fixada, e elle abandonado ao seu destino.

A esperança da sua salvação perdia-se de dia para dia. Passára o dia da acclamação sem que o rei fallasse no marquez. Dois dias depois alguns grandes do reino lhe entregaram em occasião opportuna uma memoria sobre o objecto: guardou-a, mas advertiu-os com o gesto que não consentia que lhe fallassem no preso.

O marquez esperava a todas as horas o supplicio, até que no dia 20 de março 1818 lhe entrou na prisão frei Custodio, familiar do rei.

Na vespera á noite quando o frade entrava no quarto do monarcha:

— Sabei frei Custodio (lhe disse o rei) que tenho destinado perdoar ao marquez de Loulé.

O religioso inclinou-se, beijou a mão ao rei e pediu-lhe licença para ser portador de tão grata nova. D. João approvou, e pareceu estimar esta resolução do padre.

— Sim, váe (continuou): dize ao marquez de Loulé que nos dias de hoje e ámanhã recorda a egreja as grandes finezas que Jesus Christo praticou com os homens. Porque eu o devo imitar, está o marquez de Loulé perdoado da pena ultima.

Tal foi a inesperada noticia com que frei Custodio veiu tranquillisar o official arrependido.

Dentro em poucas horas chegava á fortaleza um correio com a ordem de soltura, e licença para recolher á corte do Rio de Janeiro. N'elle obteve toda a cidade por menagem. Na mesma hospedaria da rua de Santo Antonio tornou a alojar-se, e foi comprimentado pela corte, e por muitas outras pessoas de distincção.

Tres dias depois entrava no seu quarto um homem desconhecido, portador de um bilhete e de um sacco de damasco com dinheiro, retirando-se sem esperar resposta.

O bilhete dizia:

« Quatro contos de réis para o marquez de Loulé diminuir o numero de seus males. »

Loulé conheceu a letra soberana, e respeitou-a ainda mais do que estimou o soccorro que uma grande alma lhe liberalisava.

No espaço de cinco semanas teve occasião de ver o rei e a familia real. Certificára-se que D. João o vira algumas vezes, deixando-lhe sempre a persuasão de que o não olhava com indignação nem desprezo.

Uma tarde encontrou a princeza real. Maria Leopoldina, archiduqueza d'Austria, esposa do principe real, depois rei D. Pedro IV, voltava do seu passeio ordinario. A princeza parou e dirigiu-lhe a palavra.

— Vós é que sois o marquez de Loulé? (lhe disse ella).

— Desfructei algum dia essa grandeza (respondeu-lhe o marquez). Hoje; minha senhora, não sou mais que um desgraçado.

— Marquez, não convenho n'isso. Meu pae, el-rei do reino unido não é vosso inimigo.

— Creio, minha senhora, que o meu rei não é inimigo de pessoa alguma, mas tambem acredito que já o não posso ter por amigo verdadeiro.

Leopoldina, para o tirar do embaraço em que o via, aproximou-se mais, deu-lhe a mão a beijar e proseguiu, deixando-o entregue a oppostas considerações. Quatro dias esteve Loulé sem sair do quarto, preoccupado com mil conjecturas e outros tantos projectos, que facilmente se desvaneciam quando se lembrava da qualidade da pessoa a quem tinha offendido.

Ás onze horas da noite do quarto dia, appareceu-lhe o seu amigo marquez de Bellas. Abraçaram-se com as lagrimas nos olhos.

A princeza real visitára na tarde d'aquelle dia el-rei, e fizera recair a conversação no seu encontro com Loulé.

— Não quero offender o coração de meu bom pae, (disse Leopoldina, com a maior delicadeza) pedindo-lhe favores para o marquez de Loulé, porque ninguem diga, que a uma princeza se deve a conclusão de uma obra, tão generosamente principiada por um rei.

— Já teria acabado esta questão se eu fôra Agostinho de Mendonça (disse o marquez de Bellas, aproveitando-se do ensejo).

— Como? (perguntou o rei).

— Lançando-me aos pés de vossa magestade, onde teria achado o meu descanço.

— E porque não tem o marquez de Loulé dado esse passo? Espera que eu o procure? (retorquiu o monarcha).

O de Bellas beijou logo a mão ao rei, e saiu immediatamente ao encontro do de Loulé. Dois dias depois devia o rei vir á corte: era boa occasião para aproveitar o que se lhe ouvira n'aquella tarde.

Depois d'esta entrevista nocturna separaram-se os dois marquezes. O de Bellas saiu. Loulé ficou como louco. Parecia-lhe que acabava de entrar, e existia em mundo diverso!

No dia proprio, a duas legoas e meia da corte, foi com effeito esperar o rei. Chegado o momento de D. João passar, e com a anticipação que lhe pareceu conveniente, Loulé ajoelhou no meio da estrada. D. João mandou parar alli o palanquim, e dirigiu-lhe a palavra mui brandamente.

— Que quer o marquez?

— Lembrar a vossa magestade que minha desolada familia não tem parte nos meus crimes; e depois morrer aos pés do meu augusto soberano.

— A muito se expoz o marquez vindo a esta corte sem nenhuns auxilios (lhe tornou o rei).

— As virtudes de vossa magestade é que me animaram a dar um passo tão arriscado.

— Estaes convencido de que devo perdoar-vos?

— Não, senhor, que os meus crimes impedem-me essa ventura.

— E o primeiro (disse então o rei voltando-se para o seu sequito) que fiando-se no meu coração veiu en-

tregar-se nas minhas mãos! — Vossos crimes (continuou, olhando para o marquez) ficam aqui sepultados. Nunca mais me lembrarei d'elles. Tudo vos dou, mesmo a minha amizade, para vos confirmar que não vos enganastes com o coração do vosso rei. Vinde para a corte, na qual já não ha logar vedado ao marquez de Loulé.

....

O que acaba de ler-se é o que conta na *Relação* que escreveu em 29 de agosto 1818, o proprio marquez perdoado. [1]

Seriam estas scenas occasionaes, naturalmente succedidas, ou preparadas para produzir effeito publico? A intervenção de Luiz XVIII podia, como se diz, ser tambem parte para que o fidalgo portuguez alcançasse o perdão e a amizade do rei, mas não nos parece que D. João se prestasse a representar d'estas comedias.

Nunca pessoa alguma dera tantas mostras de gratidão por beneficios recebidos, como o marquez de Loulé deu depois d'isto ao seu rei. Consagrava-lhe toda a sua existencia. A sua companhia tornára-se indispensavel a D. João, pelos desvelos e carinhos que recebia d'elle. Ninguem senão o marquez tinha o condão de suavisar-lhe as penas.

Poucos annos depois da corte voltar a Portugal, foi Loulé victima da sua dedicação ao rei, e da sua constancia politica. Nomeado estribeiro-mór durante o regimen parlamentar, permaneceu, depois das mudanças de 1823, fiel aos principios liberaes. Os inimigos d'esta politica, que o não podiam fazer seu instrumento junto do rei, e que o suppunham obstaculo para dominarem e se insinuarem no animo real, conspiraram contra elle.

Na noite do primeiro de março 1824, caíu victima de um punhal assassino dentro do mesmo real paço de Salvaterra!

Não era difficil descobrir o criminoso, se a lei fosse egual para todos. Apontavam-n'o com o dedo, e os jornaes do tempo não o encobriam. A devassa tirava-se porém com tal lentidão, que ainda não tinha concluido quando rebentou a embuscada de 30 d'abril, capitaneada pelo infante D. Miguel, que prendeu seu pae no paço da Bemposta, e por alguns dias aterrou a capital com perseguições sem numero.

Vencido o infante, se o partido reaccionario não predominou abertamente, porque o caracter do rei lh'o impedia, teve comtudo artes para lhe abrandar os resentimentos, e alcançar amnistias.

Proseguindo de novo, e concluindo a final a devassa começada pelo crime de Salvaterra, uma commissão extraordinaria presidida pelo conselheiro Antonio Gomes Ribeiro foi encarregada de proferir a sentença final. Inda hoje se podia esperar por ella, se a amnistia publicada em 24 de junho 1825, sobre os implicados nos ultimos acontecimentos politicos, não comprehendesse perdão a uns, e commutação em simples desterro a outros, dos implicados n'aquelle aleivosissimo homicidio!

JOSÉ DE TORRES

ANDRÉ MARIA CONSTANTE DUMÉRIL

Os jornaes pittorescos devem sempre dar honroso logar aos retratos dos homens notaveis nossos contemporaneos, para que o povo conheça, ao menos em effigie, a quem deve os beneficios que recebe, pelas artes, letras, sciencias e outros meios de civilisação.

A este encargo iremos acudindo com os poucos recursos artisticos que ha entre nós.

Damos hoje para a galeria já começada n'estas paginas, o retrato do insigne naturalista francez André Maria Constante Duméril, fallecido a 14 de agosto proximo passado, com 86 annos de edade.

O ter Duméril substituido Cuvier na cadeira de historia natural da eschola do Pantheon, e Lacépède na de erpetologia e ichthyologia do museu de Paris, bastava para lhe perpetuar o nome nos annaes scientificos, se elle não tivesse escripto tantos livros sobre quasi todas as sciencias accessorias da medicina, em cuja faculdade foi doutorado aos 24 annos.

D'esta edade disputou a Dupuytren, em concurso publico, a direcção dos trabalhos anatomicos da faculdade de Paris, que lhe foi conferida. Em 1810 passou a reger a cadeira de anatomia na mesma faculdade: em 1812 a de physiologia, e em 1830 a de pathologia interna.



Retrato de Duméril

Exerceu muitos outros cargos scientificos, que sempre desempenhou zelosamente até á avançada edade em que falleceu. Era socio da academia das sciencias de Paris, assim como de muitas outras corporações litterarias da Europa; e collaborador de diversas revistas de sciencias naturaes.

CHARADA

No meio dos tormentos mais atrozes
Dei placidos sorrisos ao martyrio, 1
E a timidez, dos circos no delirio,
Esforcei contra as feras e os algozes.

Quando tal fiz nas folhas do Evangelho,
Fundamento da força precedente, 1
Dos extremos do Oriente aos do Occidente
Novo mundo surgiu do mundo velho.

Entre minhas irmãs logrei com isto
Perpétua conservar a primazia: 3
Como aos Cesares dei a sob'rania,
O imperio dou ao successor de Christo.

O meu todo, porém, entre a grandeza,
O bulicio e o fulgor, não é seguro,
E é mais uma esperança do futuro
Do que um dote da nossa natureza.

[1] Vid. a *Collecção Chronologica* de subsidios para a historia politica e administrativa de Portugal, que consta de muitos volumes, colligidos por Gabriel Francisco Ribeiro, que foi escrivão da mesa grande da alfandega do Porto, collecção que está hoje em poder de Manuel Antonio Figueira, da mesma cidade.

Lisboa — Typographia de Castro & Irmão — rua da Boa-Vista — Palacio do Conde de Sampaio.